

VOTO Nº 73/2025/SEI/DIRE4/ANVISA**ROP 3/2025****ITEM 3.2.3.4****Diretor Relator:** Rômison Rodrigues Mota**Recorrente:** VRG Linhas Aéreas S.A. (incorporada por: Gol Transportes Aéreos S.A. - CNPJ: 07.757.651/0001-59)**CNPJ:** 07.575.651/0015/54**Processo:** 25759.076611/2016-01**Expediente do recurso em 2ª instância:** 1716203/24-4**Área:** CRES2/GGREC

Analisa recurso interposto pela empresa VRG Linhas Aéreas S.A. (incorporada por: Gol Transportes Aéreos S.A. - CNPJ: 07.757.651/0001-59) em face da decisão proferida em 2ª instância pela Gerência-Geral de Recursos - GGREC, que negou provimento ao recurso de 1ª instância que solicitava a reconsideração por não manter alimentos em temperatura indicada pelo fabricante. CONHECER e NEGAR PROVIMENTO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto pela empresa VRG Linhas Aéreas S.A. (incorporada por: Gol Transportes Aéreos S.A. - CNPJ: 07.757.651/0001-59), em face da decisão proferida em 2ª instância pela Gerência-Geral de Recursos (GGREC) na 19ª Sessão de Julgamento Ordinária (SJO), realizada no dia 24 de julho de 2024, na qual foi decidido, por unanimidade, CONHECER do recurso e NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 684/2024/SEI/CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Em 19/5/2016, por meio do Auto de Infração Sanitário nº 101/2016-PA-Guarulhos-SP (fl. 2), a empresa VRG Linhas Aéreas S.A. foi autuada em razão de inspeção no estabelecimento da empresa no Terminal 3 – Piso Mezanino do AISP Governador André Franco Montoro pela constatação das seguintes irregularidades, tipificadas como infração sanitária prevista no art. 10, inciso XLI e XXIX, da Lei nº 6.437/1977:

“[...] verificamos que a empresa acima identificada deixou de estabelecer procedimentos de boas práticas, a fim de garantir às condições higiênico-sanitárias dos alimentos, pela constatação das seguintes irregularidades, entrega ao consumo os produtos Manjar com Caldas de ameixa, fabricado por AIS CATERING, CNPJ 07.182.194/0001-32, lote AC1605139A totalizando 56 unidades; lote AC1605138A, totalizando 30 unidades; e produto Brigadeiro de copinho, fabricado por AIR CATERING, CNPJ 07.182.194/0001-32, LOTE AC1605139A, totalizando 69 unidades em desacordo com a temperatura indicada pelo fabricante que indica até 6°C, ratificada pela planilha de controle de temperatura da geladeira expositora que registrava 8°C [...]”

Notificada pessoalmente para ciência da autuação, mediante Ofício nº 330/2016/PVPAF-Guarulhos/CVPAFSP/GGPAF/ANVISA (fl.3), em 22/6/2016, conforme Aviso de Recebimento (fl.4), a autuada apresentou defesa sob expediente nº 2042268/16-7, às fls.11-39.

Às fls. 84-86, tem-se a decisão de 1ª instância que manteve a autuação e aplicou à autuada penalidade de multa no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dobrada para R\$

80.000,00 (oitenta mil reais), ante a reincidência.

À fl. 91, publicação da decisão de primeira instância em Diário Oficial da União (DOU) nº 222, de 26 de novembro de 2021, Seção 1, página 126. Notificada para ciência da decisão de 1ª instância, por meio do Ofício PAS nº 2 - 845/2021 - GEGAR/GGGAF/ANVISA (fls. 89-90), devidamente recebido pela autuada em 8/10/2021, conforme rastreamento desse Ofício no site dos Correios, às fls. 92-93.

Às fls. 95-111, tem-se o recurso sob expediente nº 4246108/21-1. Em decisão de não reconsideração, a autoridade julgadora de primeira instância administrativa manteve a penalidade cominada (fl. 117).

Aresto nº 1.646, de 24 de julho de 2024, publicado no Diário Oficial da União de 27/07/2024, Edição 142, Seção 1, página 74 (SEI 3201432), acompanhando o Voto nº 684/2024/SEI/CRES2/GGREG/GADIP/ANVISA (SEI 2998561).

A autuada teve ciência da decisão da GGREG mediante Notificação (SEI 3201439) recebida em 20/08/2024, conforme Aviso de Recebimento - AR (SEI 3201451), e apresentou recurso (SEI 3161714), conforme recibo eletrônico (SEI 3161715). Em sede de retratação, a GGREG manteve a decisão de 2ª instância, mantendo a aplicação da penalidade de multa no valor de valor R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dobrada para R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em razão da reincidência, nos termos do Despacho nº 553/2024/SEI/GGREG/GADIP/ANVISA (SEI 3292859).

É a síntese necessária ao exame do recurso.

2. ANÁLISE

Da admissibilidade do recurso

Nos termos do art. 6º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266/2019, são pressupostos objetivos de admissibilidade dos recursos a previsão legal, a observância das formalidades legais e a tempestividade, e pressupostos subjetivos de admissibilidade a legitimidade e o interesse jurídico.

Quanto à tempestividade, de acordo com o parágrafo único do artigo 30 da Lei nº 6.437/1977 c/c o artigo 9º da RDC nº 266/2019, o recurso poderá ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimação do interessado. A recorrente tomou conhecimento da decisão em 20/8/2024, conforme Aviso de Recebimento - AR SEI nº 3201451, e apresentou o presente recurso em 6/9/2024 (SEI 3161714), consoante recibo eletrônico (SEI 3161715). Conclui-se, pois, que o recurso em tela é tempestivo.

Além disso, verificam-se as demais condições para prosseguimento do feito, visto que o recurso tem previsão legal, foi interposto perante o órgão competente, a Anvisa, por pessoa legitimada, não tendo havido o esaurimento da esfera administrativa e estando presente, por fim, o interesse jurídico.

Portanto, constata-se que foram preenchidos todos os pressupostos para o prosseguimento do pleito, conforme disposto no art. 6º da RDC nº 266/2019, razão pelo qual o presente recurso administrativo merece ser CONHECIDO.

Procedo à análise do mérito.

Da análise de mérito

Ao analisar o recurso administrativo interposto, entendo que o inconformismo da recorrente não merece ser acolhido. Em suma, a recorrente alegou: (a) ocorrência de prescrição, violação ao princípio da motivação devido a informações genéricas; (b) ausência de menção expressa sobre o local inspecionado; (c) ausência de menção à penalidade a que o infrator estaria sujeito; (d) desproporcionalidade da penalidade imposta; e (e) condição econômica estabelecida de ofício ante o faturamento da empresa. Ao fim, requer a declaração da prescrição nos autos do processo e a nulidade do auto de infração

e, subsidiariamente, que a pena de multa seja reduzida, em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Para tanto, ressalto que não foi trazido nenhum elemento apto a invalidar as conclusões externadas no Aresto exarado pela Segunda Coordenação de Recursos Especializada (CRES2) da GGREC.

Dito isso, esclareço que concordo integralmente com a análise de mérito feita pela GGREC em seu Despacho de Não Retratação nº 553/2024/SEI/GGREC/GADIP/ANVISA, que passo a citar, em parte, a partir de agora:

Nos termos do auto de infração sanitária, a conduta acima já descrita violou os arts. 58, 67 e 69 da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 2, de 8 de janeiro de 2003; os itens 4.8.18 e 4.10.3 da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 216, de 1º de agosto de 2004, transcreve-se:

“RDC nº 2/2008

Art. 58. O estabelecimento prestador e ou produtor de bens e serviços na área de alimentos, bem como pessoas físicas envolvidas com a produção, distribuição e comercialização de alimentos, deverão adotar as Boas Práticas de Fabricação e ou as Boas Práticas de Prestação de Serviços em Alimentos, nos termos da legislação sanitária vigente.

[...]

Art. 67. Os alimentos industrializados ou não, destinados ao consumo humano, que exigirem meios especiais para a manutenção de seu padrão de identidade e qualidade, deverão ser armazenados em condições ambientais compatíveis ao exigido para sua conservação, conforme legislação sanitária pertinente, e livres de contaminação de natureza biológica, química ou física.

[...]

Art. 69. Os locais onde serão armazenados alimentos cuja manutenção do padrão de identidade e qualidade, exigirem condições especiais de temperatura deverão estar providos de equipamentos próprios para seu controle em local visível e em condições operacionais satisfatórias.

RDC nº 216/2004

4.8.18. Caso o alimento preparado seja armazenado sob refrigeração ou congelamento deve-se apor no invólucro do mesmo, no mínimo, as seguintes informações: designação, data de preparo e prazo de validade. A temperatura de armazenamento deve ser regularmente monitorada e registrada.

[...]

4.10.3. Os equipamentos necessários à exposição ou distribuição de alimentos preparados sob temperaturas controladas, devem ser devidamente dimensionados, e estar em adequado estado de higiene, conservação e funcionamento. A temperatura desses equipamentos deve ser regularmente monitorada.

[...]

Inicialmente, da análise dos autos do processo, cumpre registrar que não houve incidência de prescrição, nos termos da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, porquanto, entre a lavratura do auto de infração sanitária até o presente momento, há vários atos da Administração que interrompem o prazo da prescrição punitiva (quinquenal) e da intercorrente (trienal), vejamos alguns exemplos:

- Lavratura do AIS, em 19/5/2016;
- Notificação da autuada, em 22/6/2016;
- Manifestação da área autuante, de 3/5/2017;
- Despacho nº 00218/2019/CRPAF/SP/ANVISA, de 27/6/2019;
- Decisão 1ª instância, de 2/12/2020;
- Notificação da autuada, em 8/10/2021;
- Decisão de não reconsideração, de 22/9/2022;
- Voto nº 684/2024/SEI/CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA, de 5/6/2024;
- SJO nº 19, de 24/6/2024;
- Notificação da autuada, de 20/08/2024.

Ressalto que o Despacho nº 00218/2019/CRPAF/SP/ANVISA, de 27/6/2019 supramencionado trata da classificação do risco sanitário pela área autuante, de modo a compor a análise da área julgadora.

A análise da GGREC prossegue:

Anota-se que o art. 2º da Lei 9.873/1999 prevê as causas de interrupção da prescrição da ação punitiva: pela notificação ou citação do indiciado ou acusado; por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato; pela decisão condenatória recorrível; por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal.

Com isso, por exemplo, o prazo quinquenal da prescrição da ação punitiva foi interrompido pelos seguintes atos administrativos: Lavratura do AIS, em 19/5/2016, Notificação da autuada, em 22/6/2016, Decisão 1ª instância, de 2/12/2020; Notificação da autuada, em 8/10/2021; SJO nº 19, de 24/6/2024; Notificação da autuada, de 20/08/2024.

Ainda, registra-se que a contagem do prazo para a prescrição intercorrente interrompe-se a cada movimentação processual da Administração que impulse o processo a sua resolução final, ou seja, “a interrupção da prescrição intercorrente não se limita às causas previstas no art. 2º da Lei nº 9.873/1999, bastando para tanto que a Administração pratique atos indispensáveis para dar continuidade ao processo administrativo” (Nota Cons. nº 35/2015/PF – ANVISA/PGF/AGU).

Dessa forma, observa-se que o prazo trienal da prescrição intercorrente foi interrompido pelos seguintes atos administrativos, por exemplo: Lavratura do AIS, em 19/5/2016, Notificação da autuada, em 22/6/2016, Manifestação da área autuante, de 3/5/2017; Despacho nº 00218/2019/CRPAF/SP/ANVISA, de 27/6/2019; Decisão 1ª instância, de 2/12/2020; Notificação da autuada, em 8/10/2021; Decisão de não reconsideração, de 22/9/2022; Voto nº 684/2024 – CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA, de 5/6/2024; SJO nº 19, de 24/6/2024; Notificação da autuada, de 20/08/2024.

Há que se lembrar, neste ponto, que interrupção difere da suspensão, na qual aquela (interrupção) caracteriza-se pelo fato que o tempo já decorrido não é computado, voltando a contar como se nunca tivesse fluído.

Quanto à especificação da penalidade, conforme já mencionado na decisão anterior, foi pacificado pelo Parecer da Procuradoria Federal junto à ANVISA (Parecer Cons. nº 101/2013/PF-ANVISA/PGF/AGU), segundo o qual a “falta de apontamento das penalidades a que estaria sujeito o infrator não gera nulidade do Auto de Infração Sanitária. A indicação expressa do dispositivo legal contendo a conduta infracional permite ao administrado conhecer o preceito secundário do tipo e, por conseguinte, exercer plenamente o contraditório e a ampla defesa”.

Sendo assim, não há que se compreender a falta de previsão de penalidades abstratamente aplicáveis à conduta infracional como vício passível de macular a validade do AIS lavrado. Presente, no auto, remissão expressa aos dispositivos legais aplicáveis, a partir dos quais se permite o pleno exercício do direito de defesa por parte do autuado, não havendo qualquer prejuízo passível de ensejar nulidade do ato.

Quanto à ausência do local da infração sanitária, observa-se que há informações suficientes no auto de infração, no Termo de inspeção 386/2016, Notificação nº 378/2016, e Termo de inutilização 26/2016 sobre o local inspecionado, não havendo qualquer prejuízo a defesa da empresa nem mesmo a validade do auto de infração sanitária.

Nota-se, inclusive, que, no próprio AIS, há a informação de que a inspeção sanitária ocorreu estabelecimento da autuada, localizado no Terminal 3, Piso Mezanino do AISP Governador André Franco Montoro. Fato este já que foi devidamente tratado pela decisão de primeira instância. Vejamos:

Auto de Infração nº : 1782683167 - PA-Guarulhos-SP		Processo Nº.: 25759.076611/2016-01
Nº Local do A.I.S.: 101/2016 - PA-Guarulhos-SP		
Assunto: 90052 - Auto de Infração Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados		
Identificação do Infrator:		
Nome: VRG LINHAS AEREAS S.A.	CNPJ: 07.575.651/0015-54	
Endereço: Rod Helio Smidt, s/n, 2 andar - check-out	CEP: 07.190-972	
Cidade: GUARULHOS	Bairro: Aeroporto	
Fone/Fax:	Estado: SP	
<p>Ao(s) dezenove dia(s) do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às dezessete hora(s) e vinte minuto(s), no exercício de fiscalização sanitária, ao inspecionar/analisar o(a) ESTABELECIMENTO TERMINAL 2 EMBARQUE, verifiquei(camos) que a empresa citada infringiu ao(s) seguinte(s) dispositivo(s) legal(is): Artigos 58; 67; 69 da Resolução RDC 02 de 08 Janeiro de 2003, os itens 4.8.18, e 4.10.3 da RDC 216/2004, pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): No exercício de Fiscalização Sanitária, no Terminal 3 – Piso Mezanino do AISP Governador André Franco Montoro, verificamos que a empresa acima identificada deixou de estabelecer procedimentos de boas práticas, a</p>		

Destaco que a informação sobre o local já havia sido, inclusive, reconhecida pela recorrente em sua impugnação, apresentada em 6 de julho de 2016 (fl. 12), ao fazer breve resumo do caso.

Prossegue o Despacho de não retratação:

Superados os esclarecimentos iniciais, segue-se ao exame do mérito.

No mérito, verifica-se que a autoria e a materialidade da infração ficaram comprovadas pelos Termo de inspeção 386/2016 e Termo de inutilização 26/2016, não vindo ao recurso qualquer alegação específica no tocante a infração em si.

Portanto, vê-se que os fatos descritos estão bem afeiçoados à norma invocada, não tendo vindo aos autos qualquer justificativa que afaste a conduta lesiva cometida pela recorrente, razão pela qual estão violadas as normas sanitárias coligidas. Trata-se de fato incontroverso tipificado como infração sanitária prevista no art. 10, inciso XXIII [sic], da Lei nº 6.437/1977, in verbis:

Art . 10 - São infrações sanitárias:

XLI - descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por pessoas física ou jurídica, que operem a prestação de serviços de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, veículos terrestres, terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículo terrestres: pena - advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento do registro do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa.

Importa esclarecer que o Despacho deixa de mencionar um dos incisos. Conforme já reiterado nos autos, a conduta encontra-se tipificada nos incisos XLI e XXIX da Lei nº 6.437/1977, tendo este último a seguinte redação:

XXIX - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto; interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa.

Prossegue a análise de não retratação:

Especificamente com referência ao cálculo da pena, ao contrário do que alega a recorrente, a decisão de primeira instância informou sobre o risco, reincidência, agravantes e atenuantes, estando devidamente motivada, vejamos:

“Para tanto, determina a Lei nº 6.437, de 1977, que para a penalidade de multa se considere o risco sanitário da conduta infracional, os antecedentes da autuada quanto a anteriores condenações por infrações sanitárias e a sua

capacidade econômica, nos termos dos arts. 6º, II e III, e 2º, §3º, respectivamente. Ademais, o art. 6º, I, dispõe que igualmente se levem em conta eventuais circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme previsto nos arts. 7º e 8º da mesma Lei. No caso em análise, a empresa está classificada como Grande Porte - Grupo I (fls. 77-78), é reincidente no que se refere a anteriores condenações por infrações sanitárias (fls. 75) e praticou conduta cujo risco sanitário foi classificado como MÉDIO pela área autuante (fls. 72). Importante frisar que a certidão de reincidência de fls. 75 é dotada de presunção de legitimidade e veracidade e possui os elementos necessários à identificação do processo transcorrido (25756.559736/2010-14) que deu ensejo à aplicação da pena, bem como aponta a data em que ocorreu o trânsito em julgado (09/06/2015). Portanto, à época do cometimento da infração em tela a empresa já estava sob os efeitos da reincidência. Observados os pressupostos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 6.437, de 1977, inexistem nos autos circunstâncias outras que possam ser consideradas como atenuantes ou agravantes, motivo pelo qual a infração será classificada como leve no que se refere ao valor da multa, de acordo com a regra do art. 4º, I, c/c art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 6.437, de 1977. Assim, considerado o porte econômico da empresa e o(s) risco(s) sanitário(s) da(s) infração(ões) cometida(s), a aplicação do valor mínimo não se prestaria à finalidade de desestimular novas práticas irregulares, pois pouco refletiria como penalidade financeira. Em outros dizeres, é preciso que haja algum impacto financeiro suficiente para desestimular novas condutas, mas o valor aplicado também não pode se exceder a ponto de impactar mais que o mínimo necessário para esse desestímulo”.

Nesse cenário, verifica-se que houve respeito aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que a decisão avaliou, concisa, mas expressamente, as circunstâncias relevantes para a dosimetria da pena (porte econômico da infratora, reincidência e risco sanitário), nos termos do art. 2º c/c art.6º da Lei nº 6.437/1977, não sendo identificadas demais atenuantes ou agravantes aplicáveis ao caso, estando a penalidade livre de arbítrio ou abuso.

Por fim, tem-se que a infração foi considerada leve, nos termos do art. 2º, parágrafo 1º, I, da Lei 6437/1977: I- nas infrações leves, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). Trata-se, pois, de ato administrativo devidamente fundamentado e livre de vícios evidentes de razoabilidade ou proporcionalidade.

Pelo esclarecido e considerando, ainda, o disposto no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784/1999, que autoriza a declaração de concordância com fundamentos de anteriores decisões, situação que se amolda ao caso em tela, mantenho o Aresto nº 1.646 da GGREC, publicado em 25/7/2024, pelos seus próprios fundamentos e os trazidos no Despacho nº 553/2024/SEI/GGREC/GADIP/ANVISA, aqui citado em parte, adotando-os integralmente.

3. **VOTO**

Diante do exposto, voto por **CONHECER** e **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso administrativo expediente nº 1716203/24-4, mantendo a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dobrada para R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ante a reincidência.

É o entendimento que submeto à apreciação da Diretoria Colegiada.

Rômison Rodrigues Mota
Diretor
Quarta Diretoria da Anvisa



Documento assinado eletronicamente por **Rômison Rodrigues Mota, Diretor**, em 17/03/2025, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3465703** e o código CRC **003651D5**.

Referência: Processo nº
25351.900358/2025-41

SEI nº 3465703